

LIVRO: ARTEFATO SOCIAL E ESCOLAR

Giselle Baptista Teixeira
Mestre em Educação / UERJ
Graduação em Pedagogia / UERJ
gizt2000@yahoo.com.br

"Assim, os homens fizeram os livros, e os livros, por sua vez, moldaram os homens".

(Paul Chalus)

Introdução

Desde a chegada da família Real no Brasil, ocorrida em 1808, e, sobretudo, após a Independência, para que houvesse um controle da diversidade de indivíduos que havia no país e para a conquista de hegemonia por parte do Governo Imperial, uma série de normas/leis foram elaboradas com vistas a construir um determinado projeto de Estado-Nação. A instrução foi entendida como um dos meios mais eficazes para o alcance do "progresso da nação", já que poderia contribuir para o controle da população a partir de um programa civilizador elaborado pelo governo.

Nas propostas de controle dos indivíduos, na qual a escola que estava sendo construída deveria ter um papel primordial, o livro foi entendido como um dos instrumentos que poderia contribuir para viabilização de tal projeto, pois seria um objeto que poderia estar presente no cotidiano das escolas, seja com os alunos, seja com os professores subsidiando suas aulas, funcionando como uma espécie de veículo de circulação e inculcação de saberes bem determinados. Antonio Almeida de Oliveira em sua obra intitulada "O Ensino Público" de 1873, pela qual almejava mostrar ao estado "as reformas que exige a instrução pública no Brasil", dizia que: "(...) as melhores idéias, ou aquelas que de maior proveito podem ser à civilização, só se encontram nos livros."¹

¹ Publicado em 1873, em São Luís do Maranhão, o livro "O Ensino público" foi reeditado pelo Conselho Editorial do Senado Federal no recente ano de 2003. Esta obra tinha por objetivo divulgar as idéias de Oliveira acerca da educação no século XIX, entremeada também por

A posição de Oliveira representa, de certa forma, um expressivo grupo de educadores, bem como de autoridades governamentais que atribuíram ao livro a função de ensinar e civilizar a população. Nesse ambiente, o livro assume um duplo papel, que seria o de instruir, ao mesmo tempo em que visava controlar tanto as ações discentes quanto das docentes, ao difundir e legitimar determinadas práticas associadas a um modelo ideal de sujeito.

Nesse entendimento, o objetivo deste trabalho foi fazer um estudo acerca das trajetórias dos livros nas escolas primárias da Corte, buscando compreender melhor os discursos voltados para este objeto e também certas práticas presentes no interior deste processo. Deste modo, procurei analisar as condições de aparecimento e de permanência do livro na ordem escolar do Brasil, já que foi nesse período estudado, ou seja, no século XIX que houve a institucionalização da escola.

Cabe ressaltar que no desenvolvimento desta análise foram utilizadas fontes, entre as quais se encontram: as leis que regulamentaram a instrução primária do Município da Corte; documentos localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) referente aos livros; periódicos encontrados na Biblioteca Nacional (BN) e trabalhos já realizados sobre o tema.

O livro impresso no Brasil

No Brasil Colônia, como nos informa Hallewell (1985), a tipografia inexistiu durante quase todo o período colonial, visto ser, a administração do Brasil, em grande parte tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta, que a indústria impressora não se fez administrativamente necessária, nem economicamente possível². Uma ordem real de 6 de julho de 1747 dizia que não tinha sentido, do ponto de vista econômico, tentar produzir artigos manufaturados, como livros, por

suas posições republicanas. Entre outras funções, Oliveira foi dono de uma escola noturna para adultos em Recife, fundador de uma biblioteca popular no Maranhão, assim como, deputado pelo Partido Liberal para a Assembléia Geral Legislativa, cargo no qual apresentou um projeto sobre um plano geral de ensino, legislando sobre a instrução pública primária e média em todo o Império.

² No entanto, um alvará de 20 de março de 1720 proíbe as letras impressas em todo o Brasil, o que implica que devia haver alguém, em algum lugar, que precisava ser impedido de imprimir na Colônia.

exemplo, nas condições do elevado custo vigente nas Colônias, sendo compreensível que por conveniência da administração para fins de censura, que toda a produção de livros e impressos ficasse restrita a Portugal. No entanto, o mesmo autor nos alerta que certamente a verdadeira razão para esta proibição, era o fato de que, para os colonizadores, a única função das Colônias era fornecer matérias primas (e consumir, em troca, uma quantidade limitada de manufaturas européias). Nesse sentido, a proibição da impressão surge, apenas, como mais uma restrição à iniciativa econômica da Colônia.

Em 1808, a Carta Régia assinada pelo Príncipe Regente autoriza a impressão no Brasil. Tal prática seria extremamente controlada pelas autoridades governamentais, fazendo com que o contrabando tenha se tornado um dos meios pelo qual se poderia conseguir a entrada de livros nos pais.³ Até o ano de 1822, a Impressão Régia teve o monopólio de imprimir no Rio de Janeiro, e mesmo passado este período, a Corte continuou tendo uma expressiva participação na produção dos livros impressos, já que, de acordo com Hallewell (1985), ela atraía a nata do talento literário e intelectual do país, e os produtos de suas editoras gozavam de um prestígio de âmbito nacional que inexistia em quaisquer outros centros. Este fato, aliado ao de possuir uma população muito maior (o dobro da segunda cidade em tamanho, segundo o censo de 1872) e sua conveniente posição geográfica, garantiam-lhe um mercado muito mais amplo que os de suas concorrentes, o que, por sua vez, proporcionava-lhe significativos ganhos na economia.

Já em relação aos "livros escolares", os primeiros deles foram impressos pela Impressão Régia. Com o fim deste monopólio, em 1822, a análise de documentos acerca deste material nos indica que durante um extenso período, até meados do século XIX, muitos dos compêndios aqui utilizados eram importados da Europa e traduzidos no Brasil⁴, ação que também pode ser explicada por questões econômicas, já que a compra do

³ Para saber sobre as práticas relacionadas aos livros no Brasil Colonial, cf. Rubens Borba de Moraes em "Livros e bibliotecas no Brasil Colonial".

⁴ Bittencourt (1993), nos alerta que havia uma infidelidade comum nas traduções que pode ser entendida, entre outras questões, como uma necessidade intrínseca dos textos didáticos que deveriam estar subordinados aos programas escolares.

produto europeu saía mais barata e de melhor qualidade do que o produzido no Rio de Janeiro.

Com a importação de livros da Europa, havia, além das vantagens econômicas, uma troca de interesses entre o Brasil e estes países já que, segundo Hallewell (1985), o Brasil oferecia perspectivas particularmente atraentes, pois havia conquistado as vantagens econômicas da Independência, sem prejuízo de sua continuidade política. O Brasil oferecia os requisitos de estabilidade e prosperidade, somados a uma receptividade excepcional a todos os adornos, principalmente da cultura francesa. No fervor de seu nacionalismo recém-descoberto, o Brasil passou a responsabilizar a herança portuguesa pelo atraso nacional e a identificar tudo o que era francez como moderno e progressista. Tal relação também nos ajuda a compreender o porquê das primeiras editoras que se instalaram no Brasil serem oriundas da França. Como exemplo, temos a Garnier e a Laemmert, editoras que dominaram a área editorial no século XIX.⁵

Dos livros que não eram importados e traduzidos, uma expressiva parcela era fabricado por editoras particulares, pois neste período, de acordo com Bittencourt (1993), o livro didático foi se transformando em uma importante mercadoria das empresas editoriais que se aliaram ao Estado na divulgação dessa produção cultural que tendia a se ampliar, já que desde 1827, ou seja, desde o fim do monopólio da Impressão Régia, seguiu-se o descompromisso estatal com publicações de compêndios escolares. Embora o Estado liberal considerasse este objeto cultural peça fundamental na transmissão do saber escolar, cedeu à iniciativa particular o direito de fabricá-lo. As editoras, ao conquistarem o direito de produzir e divulgar o "livro didático", trataram de transformá-lo em uma mercadoria inserida na lógica capitalista. Assim, a segunda década do século XIX marcou a transferência da produção didática para as editoras particulares que começaram a surgir no Brasil.

Pela análise de documentos como as leis que regulamentavam a instrução na Corte, os relatórios dos ministros do Império e documentos

⁵ A Garnier iniciou seus trabalhos em 1844 e a Laemmert em 1838. Segundo Hallewell (1985), estas editoras não podem ser vistas como competidoras diretas, já que desde o início seus interesses tenderam a divergir. A Garnier concentrou-se em literatura e também nos escritores franceses da moda, tendo publicado poucos livros de história, pois este assunto, bem como os que abordaram o domínio da ciência, eram de interesses da Laemmert.

referentes à instrução encontrados no AGCRJ, foi possível perceber que após os anos 50 dos oitocentos, houve uma maior organização e interesse das autoridades governamentais em produzir uma hegemonia nacional, colocando em prática ações que pudessem fazer atingir o objetivo esperado, práticas estas, muitas das quais, estavam relacionadas à instrução e à escolarização da população. Deste modo, tal interesse se refletiu também na produção dos livros escolares, já que começou a existir incentivos por parte do Governo Imperial na fabricação de obras nacionais, incentivos estes possíveis de se perceber, por exemplo, nas normas que regiam o ensino.

Apesar das iniciativas diversificadas por parte das autoridades governamentais para a melhor organização do Estado Imperial, as conseqüências das políticas destinadas ao Brasil desde seu período colonial já haviam se disseminado pelo país. De acordo com Maciel (2003), por exemplo, a proibição de Portugal de que não se publicassem livros e jornais até 1808, dificultou o acesso e retardou o início da imprensa no Brasil. Fato este que culminou com o modelo de escolarização e contribuiu, conseqüentemente para o alto índice de analfabetismo no Império.⁶

A instrução foi, então, entendida como um dos meios mais eficazes para o alcance do objetivo do Governo Imperial de "progresso da nação", já que poderia contribuir para o controle da população a partir de sua civilização que se daria por meio dos discursos almejados. Contudo, para que tal finalidade se tornasse possível, o primeiro passo seria inserir a população no mundo letrado, a partir da maior difusão da leitura e da escrita, ação esta que instituiu o objeto livro como um significativo colaborador das autoridades governamentais, devendo ser previamente aprovado para uso nas escolas.

As primeiras tentativas de organizar a instrução nos oitocentos (1827 a 1850)

⁶ Maciel (2003) nos apresenta a denúncia de Machado de Assis, de 1874, acerca do alto índice de analfabetismo no Império: "A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância."

O século XIX pode ser caracterizado como um período de invenção e construção do sistema educacional estabelecido pelo Estado Imperial e, ao contrário do que nos apresenta a historiografia consagrada, esse período foi muito rico em discussões envolvendo autoridades e diversos segmentos da sociedade relacionadas à educação⁷. Segundo Faria Filho (2000), os recentes estudos a respeito da educação brasileira no século XIX, particularmente no período imperial, têm demonstrado que havia, em várias Províncias, uma intensa discussão acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas "camadas inferiores da sociedade"⁸. De acordo com Inácio (2002), várias estratégias foram utilizadas no sentido de produzir e assegurar o lugar dessa escola no século XIX, sendo necessário diferenciar suas práticas educativas daquelas presentes na esfera familiar, religiosa e do convívio social mais amplo. A especificidade da escola deu-se elaborando uma legislação escolar, implantando novos métodos de ensino, constituindo um corpo de especialistas responsáveis pela instrução, criando escolas Normais encarregadas de formá-los, procurando diferenciar o tempo escolar do tempo de convívio nas comunidades, manifestando uma preocupação no que se refere à construção de espaços específicos para a prática educativa, produzindo novos materiais e conteúdos escolares.

Especificamente na Corte Imperial, que era formada por uma população extremamente heterogênea, a escola era entendida como o espaço responsável pela criação de uma determinada ordem, ou seja, do disciplinamento desses distintos sujeitos e, nestas propostas de controle dos indivíduos, o livro foi entendido como um dos veículos de viabilização das pretensões governamentais. Com este entendimento, trabalho com a hipótese de que os livros funcionavam como um dos principais instrumentos para concretização dos projetos educacionais existentes, sendo utilizados por professores, como uma espécie de "guia" no ensino dos saberes escolares, bem como pelos alunos em suas práticas ordinárias. Como nos alerta Bittencourt (1993), o professor, formado em sua maioria, na prática,

⁷ Para saber mais sobre as ações de escolarização na Corte Imperial, consultar GONDRA (2005).

⁸ Cf. "Instrução elementar no século XIX". In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autentica, 2000.

sem Escolas Normais, deveria necessariamente contar com o livro didático para dominar os conteúdos a serem transmitidos. Nessa perspectiva, eles podem ser entendidos como um significativo modelador da prática docente, assim como de sua formação. Diante deste fato, se tornou necessário uma série de normas que regulassem a sua elaboração, aprovação e circulação.

Deste modo, a primeira lei promulgada pelas nossas autoridades imperiais já procurou regular e definir os aspectos relacionados à instrução de "primeiras letras" no Brasil. A Lei de 15 de outubro de 1827 trazia em seu artigo 6º a prescrição dos saberes a serem difundidos via escola, pelos quais, entre o ensino da leitura, escrita, aritmética e moral cristã, dava-se a preferência para a leitura da Constituição do Império e História do Brasil.

Segundo Tambara (2003), esta legislação possuía determinação explícita sobre a natureza dos conteúdos dos textos escolares para leitura das escolas de primeiras letras, com prioridade atribuída a elementos ideológicos associados à doutrina religiosa católica e às diretrizes institucionais do Império, o que podemos facilmente comprovar na tabela III.

Privilegiamento este que para Gondra (1997), expressa a preocupação com a divulgação e construção de uma "Gramática do Novo Estado", das bases legais do Governo Imperial e da história oficial da "jovem nação".

Apesar das iniciativas referentes à construção e consolidação do Estado Imperial começarem já nas primeiras décadas do século IX, para Mattos (2003), só em seus meados esta obra parecia ter se completado⁹ e, não coincidentemente, neste mesmo período, de acordo com Galvão e Batista (1999), começaram a surgir no país, ainda que alguns fossem impressos na Europa, livros de leitura destinados especificamente às séries iniciais da escolarização demonstrando, desta maneira, a significativa organização que começava a existir em torno das escolas. Com esse

⁹ Segundo este autor, o esforço dos dirigentes imperiais para instituir uma ordem legal, para criar uma burocracia, pelo exercício de uma jurisdição compulsória sobre o território e pelo monopólio da utilização legítima da força característica que, segundo alguns, definem um Estado moderno era a expressão de uma obra cuja conclusão era vislumbrada também com o fim das revoltas e rebeliões provinciais, com um certo amortecimento das idéias e propostas federalistas, democráticas e até mesmo republicanas, e com o relativo controle das insurreições negras.

entendimento, torna-se necessário um estudo detalhado deste efervescente período.

A legitimação da instituição escolar e a regulação da posse do livro (1854 a 1878)

Os anos de 1854 a 1878 foram regidos pela lei que teve grande impacto na Corte Imperial, a Lei de 17 de Fevereiro de 1854, pela qual se pretendia organizar a instrução, que foi elaborada na gestão do então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Dentro deste novo esquema de organização e "controle" da instrução, os livros não ficavam de fora, pois desde sua elaboração, eles cumpriam um rigoroso percurso que ia do autor ao Conselho Diretor de Instrução para, então, poder chegar às salas de aula. De acordo com a Lei de 1854, a já citada IGIPSC possuía, dentre outras, a função de rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-los e fazê-los corrigir, e substituí-los quando necessário. Este órgão também era responsável pela convocação do Conselho de Instrução Pública¹⁰, que deveria examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como, designar e rever os compêndios utilizados nas escolas.

Antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Conselho a pessoas consideradas "idôneas" e que fossem de confiança das autoridades, sendo uma significativa parcela desses sujeitos composta por professores públicos, para que pudessem fazer sua avaliação, aprovando somente obras que estivessem de acordo com os interesses do poder vigente. Ao mesmo tempo em que previa a regulação, o governo incentivava a criação destas obras ao garantir em seus artigos 56º e 95º, prêmios às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira.

De acordo com o Art. 56, a adoção de livros que contivessem matéria do ensino religioso ficava a cargo da igreja católica, que era responsável pela aprovação de tais obras. Como exemplo há o compêndio "Catechismos chistão" de Elisa Tamer, do qual há um parecer do Cônego João Pires de

¹⁰ Também cabia a este Conselho criar novas cadeiras; analisar o sistema e matéria dos exames; opinar sobre todos os assuntos literários que interessassem a instrução primária e secundária; julgar as infrações disciplinares de professores e diretores passíveis de punições mais graves.

Amorin, considerando o livro apto para uso dos meninos, desde que este sofresse certas modificações, como demonstrado em documento de 27 de outubro de 1877:

(...) Tem porém, na minha humilde opinião, dous pequenos defeitos: o primeiro é que seu autor dando a uma parte da doutrina, como seja a que trata dos Sacramentos, um compêndio de meninos, em outras, como por exemplo o mandamentos, passou tão ligeiramente que quase se torna deficiente. O segundo é que o método de perguntas e respostas que a experiência tem demonstrado ser o mais proveitoso para os meninos, não foi sempre observado; além de que encontram-se às vezes algumas respostas tão longas, que são antes extensas dissertações, bem difíceis de ser conservadas pela memória dos meninos. (AGCRJ, Códice 11.4.30)

Ao alertar para as longas respostas que poderiam prejudicar a memorização e ao sugerir modificações que pudessem aprofundar as questões relacionadas às doutrinas que compõe o livro, podemos perceber uma preocupação do Cônego referente à assimilação dos ensinamentos da igreja católica, e conseqüentemente, formação de sujeitos, segundo um determinado modelo pedagógico. De acordo com Bittencourt (1993), estando o poder educacional dividido entre o Estado Civil e a Igreja Católica, o livro escolar desempenhava um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais de ambos, ficando, por isso, sujeito aos interesses dessas forças.

Ao contrário do que se pode imaginar, havia uma significativa quantidade de livros escolares no século XIX, fato possível de se observar por meio de um estudo de documentos variados encontrados na Série Instrução Pública do AGCRJ, que evidenciam sua ampla produção e circulação. Dentre estes materiais, encontramos oferecimento feitos pelos respectivos autores; atas do conselho de instrução pública; notas fiscais de livrarias destinadas a Secretaria de Instrução Pública com a quantidade e os valores dos livros fornecidos; pareceres positivos e negativos referentes à aprovação e adoção de livros escolares; além de ofícios de professores e delegados de províncias, contendo alguns pedidos de determinadas obras autorizadas para uso de suas escolas.

Muitos destes livros quando não eram imediatamente considerados impróprios para adoção das escolas, recebiam sugestões de alterações que

os tornassem condizentes com os modelos pedagógicos desejados o que, muitas vezes, era aceito pelos seus autores que queriam ter suas obras autorizadas e, com isso, poderem concorrer aos prêmios referidos no regulamento. Em ofício emitido em 1867 ao então Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Côrte Joaquim Caetano da Silva, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro insiste em cobrar o prêmio a que tinha direito, recorrendo à lei como amparo para seu pedido, explicando que:

Em data de 19 de fevereiro do corrente anno enderecei ao Governo Imperial uma petição para que mandasse dar o prêmio, assegurado pelo artigo 56 do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, em razão de ser eu o auctor das "Histórias Sagradas" e "Contemporânea", adoptadas para o ensino do Imperial Collegio de Pedro II. Contou-me pouco tempo depois a meu requerimento fora a informar ao Conselho Director da Intrucção Publica, e como até agora não haja a secretaria do Império recebido a mencionada informação, vou por meio d'esta rogar a V. Ex^a que se sirva de submetter à minha petição ao Conselho, amparando-a com valiosa. da sua sempre generosa protecção. (AGCRJ, Códice: 11.2.26)

Em alguns contratos encontrados, assinados entre a Secretaria da Inspectoria Geral e os autores dos livros, podemos localizar uma cláusula que pré-estabelece determinadas alterações, obrigando o autor a fazer em edições posteriores, se necessário, modificações que fossem indicadas pela IGIPSC, de acordo com o Conselho Director, forçando, com isso, o autor a se submeter à ordem estabelecida, caso quisesse que sua obra continuasse a ser aprovada para uso nas escolas e caso quisesse receber o prêmio estabelecido em lei. Como exemplo, há o contrato assinado com José Pedro Xavier Pinheiro no ano de 1864, para o fornecimento do seu compendio intitulado "Epítome da História do Brasil", o qual estabelece em sua cláusula terceira que:

3ª) Obriga-se a ter sempre uma reserva de mil exemplares disponíveis, e a fazer nas seguintes edições as alterações que lhe forem indicadas pelo Conselho Director. (AGCRJ, Códice 11.2.9)

Nesse percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que

deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo Imperial, seja produzindo tais compêndios. Pela pesquisa feita no AGCRJ foi possível constatar a existência de um grande número de professores que ofereciam suas obras para avaliação junto ao Conselho Diretor, sendo possível afirmar que esta era uma prática comum deste grupo. Como exemplo trago o professor Felix Amedeo Tosetti, em documento emitido em maio de 1875:

O Professor Felix Amedeo Tosetti representa humildemente a V. Ex. ter compilado um compêndio de Grammatica Portugueza, cujo manuscripto tem a honra de abaixar a V. Ex. para que se digne sotopol-o a exame do illustrado Conselho de Instrucção Publica para approvação e da graça. (AGCRJ, Códice 11.4.21)

Segundo Bittencourt (1993), a construção de uma obra didática seria uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da nação, sendo assim, os homens de confiança do poder seriam, evidentemente, o grupo ideal de autores de obras didáticas, mas, com o decorrer do tempo, o número limitado de obras que surgiram de autores famosos fez com que as nossas autoridades educacionais aceitassem pessoas menos nobilitadas. Desta maneira, os professores foram considerados os sujeitos capazes e autorizados para tal produção, cabendo destacar que este exercício não era restrito aos homens, havendo um expressivo número de professoras, se levarmos em consideração de que nesta época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino, que também se tornaram escritoras de compêndios. Dentre estas podemos citar: Adelina Lopes Vieira, Luiza Emilia da Silva Aquim, Elisa Tarmer, Guilhermina de Azambuja Neves e Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina. Esta última reivindica, em officio apresentado em 21 de abril de 1875, resposta ao seu pedido:

Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina, professora da 2ª escola publica de meninos da freguezia de Santa Rita, tendo tido a honra de offerecer a Inspectoria Geral da Instrucção publica no anno de 1871, uma tradução que fez da Pedagogia e Methodologia de Th. Braun para ser adoptada ao uso das escolas, caso merecesse approvação e algum apreço, e como não tinha tido até hoje resultado algum, a supplicante vem com o devido respeito pedir ao Exmo. Snr. Inspector Geral se digne providenciar afim de que seja

a mesma tradução adoptada, ou a não ter merecimento ser restituída a Supplicante. (AGCRJ, Códice 11.4.21)

A função que possuíam na sociedade, a de professoras e a já mencionada prática comum de, em meados do século XIX, muitos destes profissionais se tornarem autores de livros, muito possivelmente, autorizou a prática da escrita de livros por essas mulheres.

Ao analisar os relatórios anuais produzidos pela IGIPSC¹¹, foi possível encontrar no relatório referente ao ano de 1877, mais especificamente em sua página 35, uma lista dos "Professores públicos que têm escripto trabalhos didacticos", que possui os seguintes nomes e obras:



Este documento comprova que a prática de produção dos "livros escolares" por parte dos professores que, muitas vezes, possuía mais de uma obra publicada, também era fiscalizada pelas autoridades governamentais, assim como a maioria das ações que se relacionavam com a "instrução" e "formação" da população.

Os materiais até então descritos apontam, de alguma forma, para uma sujeição ao regulamento vigente, mostrando, com isso, que o intuito de institucionalização da ordem escolar possuiu uma considerável implementação no período imperial.

¹¹ Segundo Martinez (c 1998), os Relatórios do Ministério do Império nos fornecem indicações do movimento oficial para incentivar a instrução primária na cidade do Rio de Janeiro, já que um dos seus objetivos era demonstrar a ação das autoridades em prol do "bem público", sendo possível perceber, através desta documentação os significados e as intenções dos dirigentes imperiais ao preconizarem o desenvolvimento da instrução, bem como, com muitas limitações, mensurar o crescimento das instituições públicas na cidade.

Em relação ao suporte escolar estudado, vale destacar que sua circulação ultrapassou os meios escolares, ocorrendo também em outros espaços, como em jornais e revistas relacionados à instrução. Podemos notar pela imprensa pedagógica da época, que havia uma prática comum entre os autores de enviarem seus livros recém publicados para estes lugares. Com isso, eram noticiados publicamente os "pareceres" de suas respectivas obras, que eram emitidos pelos responsáveis de tais publicações, o que acabava se tornando uma estratégia para a propaganda de seus livros.

A Revista Brasileira de Educação e Ensino do Rio de Janeiro, denominada "A Escola", com publicação nos anos de 1877 e 1878, tendo como redatores os professores Frazão, Joaquim José de Amorim Carvalho e Candido Xavier Cony, possuía uma coluna fixa chamada Notícias bibliográficas, na qual os editores opinavam sobre os livros enviados a mesma. Entretanto, as apreciações não necessariamente eram positivas, como podemos perceber com a nota referente ao compêndio "Exercícios para aprender brincando" do Sr. Dr. Menezes Vieira:

É-nos difícil avaliar a importância didáctica d'esses exercícios por ignorar-mos o seu modo de aplicação. Se os primeiros são os que supomos, julgámo-los demasiadamente fortes para principiantes de escripta, matéria, como sabe o illustre educador, muito difícil de ensinar ao começo. O auctor teria feito bem annexando a esses exercicios um prospecto ou outra qualquer indicação sobre o modus docendi.

Na análise deste artigo, é necessário ter em mente as relações estabelecidas entre os envolvidos, no caso Menezes Vieira e os redatores do jornal, e as posições de cada um no campo pedagógico. O primeiro, médico, proprietário de escolas e autor de livros escolares, um "ilustre educador" como afirmam os três professores, os quais, por sua vez, estão regendo aulas públicas, articulando jornais, viajando e publicando, para citar algumas de suas participações. Desta maneira, é possível trabalhar com a hipótese de que o parecer também é expressão do debate pedagógico em curso. Debate que se torna visível, evidenciável quando observamos o processo de adoção oficial dos livros escolares.

Considerações finais

Para Apple (1997), os livros são, ao mesmo tempo, o resultado de atividades políticas, econômicas e culturais, de lutas e concessões. Eles são concebidos, projetados e escritos por pessoas reais, com interesses reais. Eles são publicados dentro dos limites políticos e econômicos de mercados, recursos e poder. E o que significam os livros e seu uso envolve disputas em comunidades com compromissos evidentemente diferentes e também entre professores/as e aluno/as.

Ao examinar quais políticas se materializaram no suporte do livro, pude concluir que, no período imperial, apesar dos compêndios muitas vezes fazerem parte de diferentes projetos, eles buscavam, cada um a sua maneira, inculcar certas normas de comportamentos que pudessem produzir um autocontrole nos sujeitos, e o conseqüente alcance da ordem desejada. No entanto, cabe ressaltar que as produções dos livros fazem parte de um jogo de relações, nas quais entre os modelos impostos pelo poder vigente, por meio de textos normativos e órgãos de controle, e os resultados obtidos desse intuito, há complexas relações que dificultam dimensionar um efeito programado. Visto que, como já dizia Foucault (1995), os sujeitos reagem constrangidos por uma teia de relações. Sendo assim, a própria elaboração, controle e usos de livros são carregadas por sistemas de idéias, se encontram claramente perspectivados e podem ser entendidas como reações aos modelos em vigência. Acerca deste assunto, Chartier (1999) assinala que:

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação. Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores. Mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformular as significações que a reduziram. Essa dialética entre a imposição e a apropriação, entre os limites transgredidos e as liberdades refreadas não é a mesma em toda parte, sempre e para todos. (Chartier, 1999, pág. 8)

Nesse entendimento, os "livros escolares" podem ser tomados como objetos privilegiados para se tentar compreender o que em um determinado

momento se pretendeu ensinar, os modelos pedagógicos e os interesses sociais de uma determinada época, desde que este não seja um trabalho feito isoladamente, como se os seus discursos sólidos pudessem ser analisados unicamente em seu suporte. Como afirma Choppin (2002), enquanto objeto fabricado, difundido e "consumido", o manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material.

Referências Bibliográficas:

APPLE, Michael W. Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora.

Trad. Maria Isabel Eelweiss. RJ: Vozes, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber

escolar. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo:

Tese de Doutorado, 1993.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os

séculos XIV e XVIII. 2ª Edição: UNB, 1999.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro didático. In: Revista História da Educação, ASPHE,

Pelotas, 2002.

FARIA FILHO, Luciano M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia;

FARIA FILHO, Luciano M. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri- Jean. O aparecimento do livro. Lisboa: Fundação Calouste

Gulbenkian, 2000.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. RJ: Forense, 1995.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira & BATISTA, Antonio Augusto Gomes. A leitura na escola

primária brasileira: alguns elementos históricos. Projeto Memória de leitura A leitura na

escola primária brasileira, 1999.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil - sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos

e Lolio Lourenço de Oliveira; São Paulo: Editora São Paulo T. A. Queiroz da Universidade de

São Paulo (USP), 1985.

GONDRA, J. G. A emergência da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (no prelo).

MACIEL F. I. P. Ler, escrever e contar... A história da alfabetização em Minas Gerais. In:

TAMBARA, Elomar e PERES Eliane (org.) Livros escolares e Ensino da Leitura e da Escrita no Brasil (Séculos XIX XX). Pelotas: Seiva Publicações & FAPERGS, 2003.

MARTINEZ, A. Educar e instruir: a instrução pública na Corte Imperial (1870-1889). Niterói, RJ: UFF. Dissertação de Mestrado, 1998.

MATTOS, I. R. A construção do Império da boa sociedade. In: MAGALDI, A. M.; ALVES, C;

GONDRA, J. J. Educação no Brasil: História Cultura e Política. Rio de Janeiro: Ed. Universitária São Francisco, 2003.

MORAES, Rubens Borba de. Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial, RJ: Livros Técnicos, SP:

Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1979.

OLIVEIRA, A. A. O ensino público, Brasília: Editora Senado Federal. Conselho Editorial, 2003.

TAMBARA, Elomar. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil.

In: TAMBARA, Elomar e PERES Eliane (org.) Livros escolares e Ensino da Leitura e da Escrita no Brasil (Séculos XIX XX). Pelotas: Seiva Publicações & FAPERGS, 2003.

Biblioteca Nacional - RJ:

• Coleção de Leis, decretos, Actos e Decisões do Governo no Brasil

• Jornal "A escola", Revista Brasileira de Educação e Ensino RJ: 1877 1878

PR SOR4161 microfilmado

Fontes Manuscritas

Setor de Documentação Escrita do AGCRJ: Série de Instrução Pública

Códices:

11.1.16 Adoção de livros - 1859

11.2. 9 Programas, pontos, livros, métodos, contas, cartas, aluguéis, contratos 1864

11.2.19 Conselho Superior de Instrução, materiais escolar; mapas de matrículas; contratos,

queixas; cartas; contas 1866

11.4.21 Obras e publicações 1874 a 1877

11.4.30 Ofícios diversos - 1877